

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária de Serpa
Circulo: Beja
Sessão: Básico

## Projecto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Neste novo século, a palavra “sexo” já não causa tanto embaraço, como era comum há décadas atrás. A sexualidade na Comunidade Europeia é cada vez mais encarada como algo normal e saudável, algo que faz parte das nossas vidas. Porém, os jovens experimentam a sexualidade cada vez mais cedo, e muitas vezes não estão preparados para lidar com as consequências dos seus actos. Por outro lado, os últimos trinta anos da História da Humanidade foram palco de mudanças bastante radicais e aceleradas, ao ponto de as gerações mais velhas já quase não reconhecerem o mundo em que nasceram. De facto, muitos seres humanos chegaram a fazer parte de um mundo onde os computadores pessoais não existiam, os telemóveis eram um produto de ficção científica e a internet era algo verdadeiramente inimaginável.

As novas gerações já não conseguem viver sem as redes sociais, sem os telemóveis, sem a internet. E ao mesmo tempo que têm acesso a uma quantidade extraordinária de informação, juntamente com estas maravilhosas ferramentas de trabalho e de comunicação enfrentamos actualmente desafios ciclópicos: como educarmos os nossos filhos a viverem uma sexualidade em pleno? E, sobretudo, como protegê-los de gente mal-intencionada e criminoso, que tira proveito da fragilidade e ingenuidade destas crianças e adolescentes? O mundo mudou drasticamente, mas nem a sociedade nem o código penal conseguiram acompanhar estas mudanças. Temos, portanto, que reformular muitas das nossas ideias e legislações.

Por fim, ainda existem bastantes preconceitos relacionados com a sexualidade humana, muitos “mitos urbanos” que prevalecem e que passam de geração para geração. Além disso, as crenças religiosas e/ou ideológicas podem perpetuar estes preconceitos. Ora, esta mentalidade conservadora entra em choque profundo com as novas descobertas científicas relacionadas com a nossa sexualidade e com os recentes estudos antropológicos e sociológicos. A título de exemplo, muitos portugueses não estão preparados para aceitar o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo e, como se isto já não bastasse, a adopção de crianças por parte de casais homossexuais tem desencadeado uma polémica, às vezes muito agressiva, no nosso país.

Por isso mesmo, o debate e o diálogo, bem como a prevenção de comportamentos de risco e

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

de criminalidade, devem fazer parte das nossas vidas. E, acima de tudo, a palavra “sexualidade” deve estar cada vez mais ligada à palavra “afectividade”.

Ensinar, prevenir sempre, penalizar em casos de abuso. Este devia ser o lema do século XXI. Desta forma, apresentamos três propostas que visam minorar comportamentos de risco, abusos sexuais de menores, e que pretendem também evitar comportamentos e atitudes por parte de um grupo ou comunidade, que podem levar à exclusão social de um ou mais indivíduos.

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Detectar e controlar a prática de crimes sexuais na internet. Tanto os professores como os pais devem estar atentos às visitas online destas crianças e adolescentes. Sugerimos que a escola crie acções de formação quer para pais quer para alunos, de forma a que estes possam desenvolver uma postura de prevenção. Seria bastante útil criar uma associação de ciber-vigilantes, ou seja, cidadãos activos e responsáveis que têm como objectivo detectar sites de conteúdos perigosos, denunciar redes de pedofilia, entre outros casos, e que trabalhem em sistema de colaboração com a Polícia Judiciária. Os dados de consulta de todos os utilizadores devem constar nos arquivos dos servidores durante pelo menos cinco anos. Por fim, todos os crimes de abuso sexual não deverão nunca ser prescritos.

2. Melhorar a vigilância o Código Penal Português. Propomos que seja criada no nosso país uma eficaz base de dados. Esta mesma deverá ligar escolas, hospitais, polícia judiciária, tribunais, centros de saúde, câmaras municipais e freguesias, centros de emprego, etc. Esta gigantesca e uniformizada base de dados irá prevenir que, por exemplo, um ser humano com cadastro de pedofilia possa dar aulas a crianças e adolescentes. Deveríamos também instalar um alarme nacional, sempre que uma criança desaparece ou é raptada. As penas de prisão devem ser drasticamente aumentadas, uma vez que, na nossa opinião, todos os crimes de abuso sexual criam traumas para toda a vida. Os criminosos sexuais devem ser por lei submetidos à castração química e devem ter, mesmo fora da prisão, acompanhamento

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

psiquiátrico.

3. Evitar que as crianças de casais homossexuais sejam futuramente discriminadas pela sociedade. Tendo em conta a mentalidade vivida actualmente em Portugal, receamos que esta proposta polémica prejudique socialmente as crianças adoptadas pelos casais homossexuais. Por isso mesmo, as aulas de Educação Sexual deverão ser obrigatórias desde o 5º ano de escolaridade. Nestas mesmas, devem ser tratados vários assuntos que ajudem a entender melhor a orientação sexual de cada indivíduo. Deverão ser acima de tudo práticas e adequadas à idade de cada aluno. Iremos assistir também a muitas escolas privadas, jardins-de-infância, clubes, etc., que se recusarão a aceitar crianças vindas de casais gays. O Estado tem que criar uma fiscalização eficaz, de forma a detectar e castigar com mão severa estes casos.